

Comissão rejeita despesa acima do teto

17 DEZ 1991

Orçamento
ESTADO DE SÃO PAULO

BRASÍLIA — O secretário nacional de Planejamento, Pedro Parente, enfrentou ontem a resistência dos políticos e não conseguiu que a Comissão Mista de Orçamento do Congresso aprovasse projeto de lei que autoriza os chefes do Executivo, Legislativo e Judiciário a realizar despesas acima do teto definido pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deste ano.

Os representantes do PT, Eduardo Jorge (SP), do PDT, Sérgio Gaudenzi (BA), e do PSDB, Paulo Hartung (ES) se recusaram a votar o projeto alegando que somente tomariam posição após reunião com suas bancadas. Sem essa autorização, tornam-se ilegais todas as despesas que excederem o limite previsto na LDO, correspondente a 90% do orçamento de 1990, corrigido monetariamente.

A Comissão de Orçamento encontrou uma forma de trabalhar até a apresentação do relatório final preparado pelo deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), que só deverá ser votado amanhã. Desde ontem, limita-se a ratificar decisões dos líderes dos partidos sobre créditos suplementares pedidos pelo governo mesmo que na sessão estejam presentes apenas dois parlamentares mais o presidente Ronaldo Aragão (PMDB-RO) e o vice Sérgio Gaudenzi (PDT-BA). Após duas horas de reunião, entre representantes de todos os partidos com Parente, foram fechados três acordos de liberação de crédito suplementar ao orçamento de 1991.

O presidente Aragão abriu a sessão e, na presença do senador Walmir Campelo (PTB-DF) e do deputado Paulo Hartung (PSDB-ES), anunciou: "Aberta a discussão." Nin-

guém se manifestou. Aragão continuou: "Em votação na Câmara dos Deputados, quem estiver de acordo, que fique como está."

O único deputado presente era Hartung, que permaneceu imóvel. Fez o mesmo em relação ao Senado. Só Campelo, que também não se mexeu, estava presente. Não havia risco de contestação nem na Câmara nem no Senado.

Votados os três créditos su-

plementares pedidos pelo Executivo, Aragão suspendeu a sessão por 10 minutos. O argumento é de que o PMDB queria dar uma olhada em um quarto projeto. Em seguida, chegou o deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA). "Só falta o PMDB? Então me dê o projeto aqui", disse ele. Aragão informou que não seria possível, pois o projeto já não estava mais lá. Um assessor do PMDB o havia levado.

Luciano Andrade/AE



Reta final

Fiúza (esquerda), com Genebaldo: relator analisa as emendas e prepara texto para votação